

ESP-CDP. 'ASP FRANCIS CARLOS CANESCHI', BAURU

## Edital 15/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
15/2026	380216-ESP-CDP. 'ASP FRANCIS CARLOS CANESCHI', BAURU	DANIELI CORTEZ	02/06/2026 14:51 (v 0.4)
<b>Status</b>			
DISPONIBILIZADO			

### Outras informações

---

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00226287/2026-84

### 1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**PERICLES FIORI DE SOUZA**

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 13:41:22.

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - EDITAL.pdf (1.4 MB)
- Anexo II - TR\_ASSINANTES.pdf (820.14 KB)
- Anexo III - ETP\_ASSINANTES.pdf (758.38 KB)

# PREGÃO ELETRÔNICO

90.008/2026

## CONTRATANTE (UASG)

(380216)

## OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL

## VALORTOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 28.314,26

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

## MODO DE DISPUTA:

Aberto

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o app Compras.gov.br  
e apresente sua proposta



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

## Sumário

<b>1. DO OBJETO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....</b>	<b>6</b>
<b>5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .</b>	<b>7</b>
<b>6. DA FASE DE JULGAMENTO.....</b>	<b>10</b>
<b>7. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>8. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....</b>	<b>13</b>
<b>9. DOS RECURSOS .....</b>	<b>13</b>



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

## **CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP FRANCISCO CARLOS CANESCHI DE BAURU**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.008/2026**

(Processo Administrativo nº 006.00226287/2026-84)

Torna-se público que o **Centro de Detenção Provisória “ASP Francisco Carlos Caneschi” de Bauru**, por meio da **Seção de Administração**, sediado na Rodovia **Comandante João Ribeiro de Barros, KM 349 - Bairro – Distrito Industrial III - Bauru/SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de materiais para manutenção predial**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

#### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

2.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

2.5.1. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 2.10), nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere à subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 2.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

2.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. No que concerne aos itens 2.6.2 e 2.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 2.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 3.4.1 e 3.4.2 subsequentes.

3.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 2.5.

3.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 2.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham



celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 3.4.1 ou no item 3.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 2.10).

3.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 2.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.3 a 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.





**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e §1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,05 (cinco centavos)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua **proposta**.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 5.11).

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos *nocaput* do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:



5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme regulamento;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.18.3 Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.18.4 Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

5.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 2.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. Sicaf;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

6.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

6.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.4 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

6.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

6.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 6.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

7.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade



técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.





**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 7.9.1.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 2.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 2.5.

7.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 12 deste Edital.

## **8. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

8.1 A disciplina deste item 8 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico: [financascdpbauru@sap.sp.gov.br](mailto:financascdpbauru@sap.sp.gov.br).

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

10.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

10.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;





10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

10.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

10.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 10.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.8, 10.1.9, 10.1.10, 10.1.11 e 10.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 10.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

10.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

10.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

10.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

10.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

10.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: [financascdpbauru@sap.sp.gov.br](mailto:financascdpbauru@sap.sp.gov.br).

11.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

11.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema **PNCP e no sítio eletrônico <https://www.doe.sp.gov.br/>**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

11.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

12.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 12.2.

12.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de **Nota de Empenho**.

12.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

12.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadinestadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

12.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.1 deste Edital.

12.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

12.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões)



ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

12.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 2.10);

12.2.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

12.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

12.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

12.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

12.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

12.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

12.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

12.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

12.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

12.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

12.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Leinº 14.133, de 2021](#).

12.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

12.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://www.doe.sp.gov.br/>

12.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

12.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;

ANEXO III - Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões).

Bauru, na data da assinatura digital.



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

**PÉRICLES FIORI DE SOUZA**  
Chefe de Departamento



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar**

## **ANEXO II**

### **RESOLUÇÃO SAP N.º 49/2024, DE 17/4/2024 RETIFICADA RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024**

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LCCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.  
Parágrafo único - Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta Resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Secretaria da Administração Penitenciária

**Polícia Penal - Centro de Detenção Provisória "ASP Francisco Carlos Caneschi" de Bauru**  
Rod. Comandante João Ribeiro de Barros, KM 349 – Distrito Industrial III CEP:17064-901 | Bauru, SP  
Fone: (14) 3239-9477 – E-mail: pfsouza@sp.gov.br





**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;
2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;
4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;
5. a reincidência na infração;
6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;
2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

## **CAPÍTULO II DAS SANÇÕES**

### **Seção I – Da Advertência**

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

### **Seção II – Da Multa**

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta Resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade: I - No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III - No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º - A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I - No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II - No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e





**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à alínea “a” supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II - no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III - no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 - Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14 - É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I - em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 - A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta Resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.



Artigo 17 - A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II - por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155; IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

#### Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

### CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 - A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 - A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 - A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput do artigo 21;

II - suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

#### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 33 - A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 - Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

(Republicado por ter saído com incorreção na redação do Inciso I, do Artigo 30, na publicação anterior)

(SEI-006.00056884/2024-73).



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

### Anexo III

#### MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

**PROCESSO SEI: 006.00199585/2026-94**

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL**

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>UNIDADE DE MEDIDA</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO (R\$)</u>	<u>VALOR TOTAL (R\$)</u>
TOTAL						R\$

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº **90.008/2026**, Processo SEI: **006.00226287/2026-84**, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei federal nº 13.467/2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)




## TERMO DE REFERÊNCIA

**Centro de Detenção Provisória Asp Francisco Carlos Caneschi de Bauru**

**(Processo Administrativo nº 006.00226287/2026-84)**

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais para manutenção predial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

<u>ITEM</u>	<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>CATMAT</u>	<u>UNIDADE DE MEDIDA</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>VALOR UNITÁRIO (R\$)</u>	<u>VALOR TOTAL (R\$)</u>
01	Registro de Pressao; de Cobre; Tipo Regulador de Vazão, Modelo Rosqueável; <b>Com Diâmetro Nominal Interno de 3/4"</b> (aprox. 20 Mm) e Diâmetro Externo de 1" (aprox. 25 Mm); para Interromper Ou Regular a Vazão Da Água; Acionamento Rotativo; Conexão Através de Roscas; Acabamento Bruto; Fabricação Conforme Norma Abnt Nbr 15704-1, Rosca Conforme Abnt Nbr 8133; <b>De acordo com imagem abaixo:</b> 	SIAFISICO 4523890 COMPRAS 617598	UNIDADE	160	38,460	6153,60
02	Regua para Construção Civil; Em Alumínio; Medindo 3,00 m Comp. x 2" Larg. x 1" Esp.;	SIAFISICO 921424 COMPRAS 373514	UNIDADE	2	55,250	110,50
03	Chave para Manutenção; Dobradora de Ferro; Em Aço; Com Pintura; Diâmetro 3/8, Comprimento 30 Cm;	SIAFISICO 5508657 COMPRAS 636541	UNIDADE	2	28,145	56,29
04	Disco de Corte; Disco de Serra Marmore de <b>Graos de Carboneto de Tungstenio</b> , Resina de Graos Abrasivos; Diâmetro: <b>110 Mm</b> ; <b>Furo Central: 20 Mm</b> ; Espessura: 2,5 Mm; Rpm: 13800 Por Minuto; para Corte de Madeira, Aglomerados, Materiais de Fibras Com Mdf; Conforme Nbr/abnt Vigentes;	SIAFISICO 5001994 COMPRAS 633760	UNIDADE	10	27,200	272,00


Secretaria da Administração Penitenciária

**Polícia Penal - Centro de Detenção Provisória "ASP Francisco Carlos Caneschi" de Bauru**  
Rod. Comandante João Ribeiro de Barros, KM 349 - Distrito Industrial III CEP:17064-901 |Bauru, SP  
Fone: (14) 3239-9477 - E-mail: [pfsouza@sp.gov.br](mailto:pfsouza@sp.gov.br)



05	Arame; Recozido, <b>Torcido</b> ; Numero 18, Resistencia a Tracao 40 Kg/mm <sup>2</sup> ; Com Diametro de 1,25 Mm; Conforme Nbr 5589, Com Identificacao do Produto e Fornecedor, Fornecido Em Rolo;	SIAFISICO 5819873 COMPRAS 233211	KG	20	13,515	270,30
06	Arame; de Aco, Com Baixo Teor de Carbono; Com Diametro de 1,5mm, Torcido No Passo de 22,0mm, Formado Por 03fios de 0,7mm de Diametro; Espacamento Entre Farpas de Acabamento Superficial Galvanizado; Fornecido Em Rolo; <b>Tipo recozido 24 BMW Torcido</b> ;	SIAFISICO 6073450 COMPRAS 475973	KG	10	22,280	222,80
07	Tubo; de Pvc; Diametro Nominal de 3/4", Espessura Da Parede de 2,6mm; Na Cor Marrom;	SIAFISICO 5803098 COMPRAS 616666	BARRA 03 METROS	40	18,210	728,40
08	Cotovelo para Tubulacao; Confeccionado Em Pvc Rigido; Na Cor Marrom; Diametro Nominal de 25mm, Angulacao de 90 Graus; Conexao Soldavel; Conforme Norma Nbr 5648;	SIAFISICO 5072948 COMPRAS 346656	UNIDADE	200	0,975	195,00
09	Cotovelo para Tubulacao; Em Pvc Rigido; Na Cor Azul; Diametro de 3/4" x 25mm; Com Encaixe Tipo Cola e Rosca de Latao; Com Angulacao de 90 Graus; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	SIAFISICO 5320690 COMPRAS 324185	UNIDADE	100	4,965	496,50
10	Engate Flexivel; de Em Pvc Flexivel; Com Porcas e Niple Produzidos Em Pvc Rigido; Medindo 60 Cm de Comprimento e Diametro de 1/2"; Com Pressão Maxima de Trabalho de 40 Mca Em 20°C; Resistente a Corrosão; Composto Por Porca, Tubo, Anel de Vedação e Niple; Na Cor Branca; para Ser Utilizado Em Instalações Hidraulicas; Conforme Nbr 14878;	SIAFISICO 4395476 COMPRAS 378885	UNIDADE	200	13,870	2774,00
11	Adaptador de Pvc Rigido Soldavel; Fabricacao Conforme Nbr 5648/77; Com Diametro Nominal de 3/4 Polegada (curto); Na Cor Marrom; para Ser Utilizada Em Instalacao Predial de Agua Fria;	SIAFISICO 3986764 COMPRAS 380962	UNIDADE	300	2,100	630,00
12	Luva; Simples; Pvc Rigido; Diametro Nominal de 25 Mm; Soldavel; Na Cor Marrom;	SIAFISICO 5225329 COMPRAS 358240	UNIDADE	100	1,560	156,00
13	Adesivo para Tubo de Pvc; a Base de Resina de Pvc, Acetona, Metil-etil-cetona,	SIAFISICO 24922997	850 g	5	26,580	132,90



	Cicloexanona e Solventes Organicos; Tipo Extra Forte, Com Aditivo Retardador, para Diametros Acima de 60 Mm; Utilizado Na Soldagem de Tubos e Conexoes de Pvc Nbr 5648 (agua Fria); Acondicionado Em Frasco de 850 G;	COMPRAS 265288				
14	Torneira; de Liga Metalica (latao e Cobre); Com Acabamento Cromada; Volante No Modelo Com Haste de Metal C/ 1/2 Volta Comprimento 10cm; Bica do Tipo Fixa; Fixacao Na Parede; Com Encaixe 3/4 Polegada; <b>Bitola Da Saida 3/4 Polegada;</b> Utilizada Em Jardim; Com Garantia de 01 Ano; <b>De acordo com imagem abaixo:</b> 	SIAFISICO 1737317  COMPRAS 374390	UNIDADE	20	42,000	840,00
15	Tubo; de Pvc Rigido para Esgoto Predial; Diametro Nominal de 40mm; Com Junta Elastica e Soldavel; Na Cor Branca; Fabricacao Conforme Nbr 5688;	SIAFISICO 5840350  COMPRAS 366642	BARRA 03 METROS	14	30,750	430,50
16	Cotovelo para Tubulacao; de Pvc; Na Cor Branca; Diametro Nominal de 1 1/2" (40mm); Conexao Soldavel; Conforme Normas Abnt/nbr Vigentes;	SIAFISICO 5355150  COMPRAS 366670	UNIDADE	10	1,780	17,80
17	Luva; Com Bucha Rosqueavel de Latao; Em Pvc Rigido; Diametro Nominal de 25 Mm x 1/2 Polegada; Diametro Da Reducao de 1/2 Polegada; Extremidades <b>Soldavel e Rosca Bsp; Na Cor Azul;</b> Conforme Normas Nbr 5648, Pressao de Servico 7,5 Kgf/cm2 ( 75 M.c.a.);	SIAFISICO 5243440  COMPRAS 336923	UNIDADE	270	7,750	2092,50
18	Cotovelo para Tubulacao; Em Pvc Rigido; Na Cor Azul; Diametro Nominal de 25mm, Diametro Nominal Da Reducao de 1/2"; Com Rosca de Latao; Conforme Normas Abnt/nbr Vigentes;	SIAFISICO 5106575  COMPRAS 324185	UNIDADE	200	5,070	1014,00
19	Abracadeira de Fixacao; de Tipo D, Em Aco Sae 1020, Acabamento Superficial Zincado, Com Cunha de Aperto; para Utilizar Em Fixacao de Tubo; Na Cor Natural do Aco; Com Diametro de 3/4", Espessura de 1,20mm, Largura de 30,0mm, Dureza de 80 a 100 Hb;	SIAFISICO 5486386  COMPRAS 393905	UNIDADE	500	0,900	450,00



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

20	Bucha C/ Parafuso; Aço Galvanizado, Cabeça Philips; Com Diâmetro de 6mm; Medindo 75mm de Comprimento; Com Bucha de Poliamida;	SIAFISICO 4687345 COMPRAS 624382	UNIDADE	500	0,580	290,00
21	Peca de Reposicao para Martelo Demolidor; Broca Sds Plus, Ponta Cruz (widea Cruzada) 6 Mm X210mm, Em Aço Especial; para Bosch Gbh Professional 2-28d;	SIAFISICO 6126731 COMPRAS 473242	UNIDADE	15	6,380	95,70
22	Conexao Te; Simples; Em Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 3/4 Polegada; Diâmetro Externo 25mm; Conexao Bolsa Soldavel; Na Cor Marrom; Conforme Norma Nbr 5648 - Pn 6,3 - 750kpa, para Conducao de Agua Fria Em Sistemas Prediais;	SIAFISICO 5069866 COMPRAS 632976	UNIDADE	100	2,000	200,00
23	Luva; Com Bucha Rosqueavel de Latao; Em Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 25 Mm; Diâmetro Da Reducao de <u>3/4 Polegada</u> ; Extremidades Soldavel e Rosca Bsp; Na <u>Cor Azul</u> ; Conforme Nbr 5648; Pressao de Servico 7,5 Kgf/cm2(75 M.c.a.); <u>Tipo cola e rosca</u>	SIAFISICO 5243386 COMPRAS 358239	UNIDADE	50	4,600	230,00
24	Tubo; de Pvc Rígido para Esgoto Predial; Diâmetro Nominal de 100mm; Com Junta Elastica e Soldavel; Na Cor Branca; Fabricacao Conforme Nbr 5688;	SIAFISICO 5688027 COMPRAS 249993	BARRA 06 METROS	10	60,775	607,75
25	Cotovelo para Tubulacao; Confeccionado Em Pvc Rígido; Na Cor Branca; Diâmetro Nominal de 100mm; Conexao Soldavel; Conforme Normas Abnt/nbr Vigentes;	SIAFISICO 5076625 COMPRAS 251565	UNIDADE	10	5,965	59,65
26	Luva; Simples; Em Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 100mm (4"); Conexao Soldavel; <u>Na Cor Branca</u> ; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	SIAFISICO 5159105 COMPRAS 270390	UNIDADE	10	6,590	65,90
27	Porta de Madeira; de Abrir, 1 Folha, Com Abertura para o Lado Direito; Folha Em Chapa de Fibra de Madeira de Alta Densidade, Semi-oca, Com Interior Sarrafeado; Medindo <u>210 Cm de Altura x 92 Cm de Largura</u> ; Com Espessura de 35 Mm; Lixada e Preparada para Pintura; Com abraçadeiras e Fechadura Interna/Externa, Macaneta Tipo Alavanca 119x26 x 39mm, Com Roseta, Maq. 55 Mm, Cromada; <u>Batente de Madeira Macica mínimo de 18cm</u> , Quinas Arredondadas, Esp. 3,5 Cm, Com Guarnicoes de 5 Cm; Conforme Legislacao	SIAFISICO 6004911 COMPRAS 624998	UNIDADE	2	684,650	1369,30

Secretaria da Administração Penitenciária

**Polícia Penal - Centro de Detenção Provisória "ASP Francisco Carlos Caneschi" de Bauru**  
Rod. Comandante João Ribeiro de Barros, KM 349 - Distrito Industrial III CEP:17064-901 |Bauru, SP  
Fone: (14) 3239-9477 - E-mail: [pfsozua@sp.gov.br](mailto:pfsozua@sp.gov.br)



	Atual Vigente;					
28	Torneira; de Metal; para Deficiente Físico; Com Acabamento Cromado Ou Aço Inox; Acionada Por Cotovelo (pressionamento Da Alavanca e Fechamento Automático); Volante No Modelo Alavanca Tipo T; Bica do Tipo Baixa; <b>Fixação no lavatório</b> ; Com Encaixe Rosca; Bitola Da Saida 1/2 Polegada; Utilizada Em Banheiro de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (pne); Com Garantia de No Mínimo 12 Meses; Em Acordo Com a Norma Nbr 9050;	SIAFISICO 5205557  COMPRAS 254393	UNIDADE	1	139,980	139,98
29	Barra de Apoio para Sanitário; Reta; de Tubo de Aço Inoxidável 304, Resistente a Aço Devapor Da Água Quente; Capacidade Mínima de 200 Kg; 400 Mm de Comprimento e Diâmetro de 32mm. Com Parede de 1,5mm; Com Acabamento Polido; Com Fixação Na Parede Por Parafusos de Aço Inox e Buchas Canoplas e Acabamentos Fornecidos Com a Barra; Deverá Estar Em Conformidade Com a Nbr 9050;	SIAFISICO 5692342  COMPRAS 617817	UNIDADE	1	87,550	87,55
30	Barra de Apoio para Sanitário; Reta; de Aço Inoxidável 304, Resistente a Aço de Vapores de Água Quente; Capacidade Mínima de 200 Kg; 800 Mm de Comprimento e Diâmetro de 32mm, Parede Com Espessura 1,5 Mm; Com Acabamento Polido; Com Fixação Na Parede Por Parafusos de Aço Inox e Buchas, canoplas e Acabamento Fornecidos a Barra; Deverá Estar Em Conformidade Com a Nbr 9050;	SIAFISICO 5689937  COMPRAS 617717	UNIDADE	1	115,245	115,25
31	Plug; Tipo Macho, 3 Pinos; 2 Polos + Terra; Bivolt; 10a; Preto; Com Liga de Cobre;	SIAFISICO 6200613  COMPRAS 423976	UNIDADE	70	4,150	290,50
32	Plug; Macho, Contatos Tipo Pinos Cilíndricos Com Prensacabo; 2p + T; Tensão Nominal 250 Vca; Corrente Nominal 20 A; Corpo Em Nylon, Cor Preta, Revestido de Borracha; Em Liga de Cobre; Conforme Norma Abnt Nbr 14136;	SIAFISICO 6191789  COMPRAS 403541	UNIDADE	30	5,010	150,30



33	Multímetro; Em Plástico Resistente; Categoria Iv-600v; Digital; Portátil; Visor Lcd; Com Faixas de Medição Automática; Tensão True Rms Ac de Até 1000v e Tensão Dc de Até 1000v, Com Frequência de Até 1mhz; Faixas de Corrente Até 10a e Até 400 Ma; Medição de Resistência de Até 40m Ohms; Testes de Diodo e Continuidade Audível, Segurança/ conformidade Norma Iec 1010; 1 NanoFA 500 Microf (desvio: 10%); Acompanha: Jogo de Pontas de Prova e Manual de Operações Em Português; Estojo para Transporte e Armazenamento; Garantia Mínima de 12 Meses; Acondicionado Em Material Adequado Que Garanta a Integridade do Produto; <b>Bateria 9v;</b>	SIAFISICO 5666473  COMPRAS 460122	UNIDADE	2	109,8	219,60
34	Tijolo Maciço Cerâmico para Alvenaria; Medindo Aproximadamente (5x10x20)cm = (axlxc); Tipo Comum, Fabricado Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	SIAFISICO 4757289  COMPRAS 447914	UNIDADE	500	1,130	565,00
35	Lavatório; de Louça; Na Cor Branca; Tipo Coluna Suspensa, para Banheiro de Deficiente (pne); No Formato Oval; Com Dimensões de (470x550)mm (pxa); Com Furo Central; para Instalação de 1 Torneira; Com Parafuso e Buchas para Fixação Na Parede; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	SIAFISICO 5404444  COMPRAS 633668	UNIDADE	1	230,000	230,00
36	Abracadefira; Tipo Tipo D, Com Cunha de Aperto; Com Dimensões de 1" de Diâmetro, 30mm de Largura e 1,20mm de Espessura; Fabricada Em Aço Sae 1020 Zincado; Na Cor Natural do Aço;	SIAFISICO 5294380  COMPRAS 601322	UNIDADE	100	1,4516	145,16
37	Espelho para Tomadas e Interruptores; de Plástico; para Caixa de Parede, <b>Placa Cega para teto</b> ; No Formato Redondo; Nas Dimensões (4 x 4) Polegadas; Na Cor Branca; <b>diâmetro 14cm, deve acompanhar parafusos.</b>	SIAFISICO 4359810  COMPRAS 262435	UNIDADE	80	4,340	347,20
38	Disco de Corte; de Carbetto de Silício; Diâmetro 9" (230 Mm); Furo Central 7/8" (22 Mm); Espessura 5/64 (1,9 Mm); Rpm 6600; Com 2 Telas de Fibras de Vidro; Utilizada para Corte de Metais Ferrosos e Aço Inox; Conforme Abnt-nbr 15230 e En 12413;	SIAFISICO 4448944  COMPRAS 632296	UNIDADE	100	11,155	1115,50



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

39	Thinner; Tipo Diluente; Composto de a Base de Nitrocelulose; Apresentacao Na Forma de Liquido Incolor; Inflamavel; para Diluicao; Acondicionado Em Embalagem Que Assegure a Integridade do Produto; Conforme Normas Nbr/abnt 11702 Tipo 4.7.7 e Nbr 14725;	SIAFISICO 6444032  COMPRAS 616042	GALÃO 05 LITROS	5	73,000	365,00
40	Aguarras; a Base de Solventes Alifaticos e Aromaticos, Isento de Benzeno, Alcool e Querosene; para Diluicao de Esmaltes Sinteticos, Tintas Oleo, Vernizes; Na Forma de Liquido Incolor, Inflamavel, Densidadede 0,75-0,80 G/cm³ e Voc de 773-777 G/l; Acondicionado Em Embalagem Que Assegure a Qualidade do Produto; Validade de 48 Meses Apos Data de Recebimento; Conforme Nbr/abnt 11702 Tipo 4.7.7, Voc Din En 11890-1;	SIAFISICO 5222788  COMPRAS 429924	LATA 05 LITROS	5	65,000	325,00
41	Fita Adesiva de Papelaria; Papel Rugoso, Crepe; Medindo (48 Mm x 50 M); Na Cor Branca; Resistente;	SIAFISICO 4421140  COMPRAS 626828	UNIDADE	40	9,230	369,20
42	Rolo para Pintura; de La Sintetica, Anti-respingo; Med. 230 Mm de Comprimento; Com Altura de 9 Mm para a La; Sem Cabo Nem Suporte;	SIAFISICO 6067280  COMPRAS 453726	UNIDADE	30	10,265	307,95
43	Rolo para Pintura; de La de Carneiro; Med. 23cm de Largura; Com Altura de 22mm; Sem Cabo Nem Suporte;	SIAFISICO 6026508  COMPRAS 454021	UNIDADE	20	13,500	270,00
44	Rolo para Pintura; de La Sintetica, para Uso Com Tinta Epoxi, Resina e Esmalte; Med. 15cm de Comprimento, Antirrespingo; Com Altura de 5mm; Com Cabo; Suporte de Aco Galvanizado; Cabo Revest. de Plastico;	SIAFISICO 6247180  COMPRAS 250982	UNIDADE	20	4,570	91,40
45	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 1 Pol; Cerda Na Cor Branca; Cabo de Plastico Amarelo; para Aplicar Verniz e Stain;	SIAFISICO 6391214  COMPRAS 468753	UNIDADE	20	5,400	108,00
46	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 2 Pol; Cerda Na Cor Branca; Cabo de Plastico Amarelo; para Aplicar Verniz e Stain;	SIAFISICO 6391265  COMPRAS 464846	UNIDADE	20	7,850	157,00
47	Espatula para Pintura; de Aco Cromado; Com Acabamento Polido; Com Cabo de Madeira; No Tamanho de 10,2cm;	SIAFISICO 4974263  COMPRAS	UNIDADE	10	11,900	119,00


Secretaria da Administração Penitenciária

**Polícia Penal - Centro de Detenção Provisória "ASP Francisco Carlos Caneschi" de Bauru**  
Rod. Comandante João Ribeiro de Barros, KM 349 – Distrito Industrial III CEP:17064-901 |Bauru, SP  
Fone: (14) 3239-9477 – E-mail: [pfsozinha@sp.gov.br](mailto:pfsozinha@sp.gov.br)



		629036				
48	Rolo para Pintura; de Espuma; Med. 5 Cm; Com Altura de 15 Mm; Suporte S/gaiola, Sem Rosca; Suporte de Aço Galvanizado; Cabo Revest. de Pvc;	SIAFISICO 1937103 COMPRAS 242432	UNIDADE	20	2,850	57,00
49	Peneira de Pedreiro; de Arame Trancado, Com Acabamento Galvanizado; Com Malha Fina; Com Abertura de 3, Mm; para Peneirar Areia Fina; Com Borda de Madeira; Com Altura Da Borda de 5cm; Com Diâmetro de 70cm;	SIAFISICO 6483003 COMPRAS 224605	UNIDADE	2	56,495	112,99
50	Peneira de Pedreiro; de Arame Trancado, Com Acabamento Galvanizado; Com Malha Grossa; Com Abertura de 6 Mm; para Peneirar Areia Grossa; Com Borda de Madeira; Com Altura Da Borda de 5,0cm; Com Diâmetro de 70 Cm;	SIAFISICO 6482996 COMPRAS 224607	UNIDADE	2	41,980	83,96
51	Mascara de Protecao para Solda; Com Regulagem de Delay e Nivel de Escurecimento; Casco Em Nylon, Cor Preta; <b>Automatica</b> ; Filtro de Tamanho Minimo 90 x 35 Mm; Filtro de Protecao Din 9-13; Com Classe Optica 1/2/1/2; Regulagem de Sensibilidade; Protecao Ultravioleta Uv15; Sensibilidade e Clareamento Ajustaveis Dentro Da Mascara; Peso Maximo de 480 Gramas; Garantia Minima de 12 Meses;	SIAFISICO 5186285 COMPRAS 634036	UNIDADE	2	111,300	222,60
52	Maquina de Solda; Construcão Em Compostos Especiais para Resistencia a Queda e Fogo; Tipo Inversora de Solda; <b>Faixa de Corrente 10 ~ 200 A</b> ; Tensão de Alimentacao 220 V, Frequencia 50/60 Hz; Acompanham Porta Eletrodos, Garra Obra C/ Cabos de 3m de Comprimento; Gerador Recomendado 10 Kva; Suporta Todos Os Tipos de Eletrodos Até 4,00 Mm (incluindo Celulosicos); Dimensoes Aproximadas: 155 x 440 x 325 Mm (l x c x A); Peso Aproximado 9 Kg; Garantia Minima de 6 Meses, Conforme Norma Globaliec 60974-1, Protecao Ip21s;	SIAFISICO 5882206 COMPRAS 474179	UNIDADE	2	698,000	1396,00
53	Luva de Seguranca; Em Couro Vaqueta; No Tamanho Grande; Na Cor Natural; para Protecao de Usuario de Agentes Abrasivos e Escoriantes; Cano Curto; Com Punho do Mesmo	SIAFISICO 5247667 COMPRAS 632936	PAR	20	22,000	440,00



	Material Da Luva; Dorso Normal; Palma Com Reforço; Sem Forro; Tira de Reforço Entre o Polegar e o Indicador; Acabamento Elastico No Dorso; e Suas Condições Deverão Atender a Norma Nbr 13712/96; Deverá Ter Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego;					
54	Cabo para Ferramenta; Cabo P/enxada; Em Madeira; Medindo 1,70 M(comprimento);	SIAFISICO 4652967  COMPRAS 615621	UNIDADE	10	23,150	231,50
55	Barra de Apoio para Lavatório; para Pessoas Com Mobilidade Reduzida, <b>tipo "u" articulada (Imagem abaixo)</b> ; de Aço Inox ,acabamento Com Pintura Epoxi; Capacidade Mínima de Com Resistência Mínima Ao Esforço, Em Qualquer Sentido, de 1,5 Kn; Medindo: 57 x 47 Cm (largura x Profundidade),diâmetro 1.1/4"; Conforme Norma Nbr 9050; Flanges Em Chapa de Alumínio Nas Extremidades Parafixação, Acabamento Em Pintura Epoxi; 	SIAFISICO 4676297  COMPRAS 463658	UNIDADE	1	113,330	113,3.418-083
56	Disjuntor <b>Unipolar</b> , Curva de Disparo Tipo C, Padrão Iec/din; Tensão Máxima de Operação de 127 / 220v; Corrente Nominal de <b>20a</b> ; Conforme Certif. Compuls. Inmetro e Norma Aplicável;	SIAFISICO 5403642  COMPRAS 344845	UNIDADE	20	8,845	176,90
<b>TOTAL</b>						<b>28.314,26</b>

1.1.1 Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **natureza comum**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **40 (quarenta) dias**, contados **da emissão da Nota e empenho**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.





**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

### **Subcontratação**

1.6. O contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade:**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. Quanto a questão dos impactos ambientais, a presente contratação, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria - Geral da União no sítio "[http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/400787](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/400787)". A contratação deverá ser atendida, no que couber, quanto aos critérios de sustentabilidade, inseridos nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.

4.1.3. Normas de segurança no manuseio e transporte: Prevenção de acidentes e vazamentos;

4.1.4. Adesão a normas e regulamentos que promovam a sustentabilidade.

### **Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.2. Não serão indicadas marcas.

### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3. Não haverá vedação de marcas.

### **Da exigência de amostra(s)**

4.4. Não serão exigidas amostras.





**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

#### **Da exigência de carta de solidariedade:**

4.5. Não será exigida carta.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art.s 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **8 (oito) dias úteis**, contados **da emissão da Nota de Empenho**, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 349, Bauru/SP CEP: 17064-868 – De segunda-feira a sexta-feira, das 08:30 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**



6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, §1º, e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, II).

6.7.2. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado ([Decreto estadual nº 66.220, de 2023](#), art. 17, III).

6.7.3. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, IV).

6.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), artigo 117, § 2º).

6.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso II e III).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.8.2 Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

6.11 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.12 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.13 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

1.2. 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.



7.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDGnº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o art. 1º do [Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

Secretaria da Administração Penitenciária  
**Polícia Penal - Centro de Detenção Provisória “ASP Francisco Carlos Caneschi” de Bauru**  
Rod. Comandante João Ribeiro de Barros, KM 349 – Distrito Industrial III CEP:17064-901 |Bauru, SP  
Fone: (14) 3239-9477 – E-mail: [pfsoouza@sp.gov.br](mailto:pfsoouza@sp.gov.br)



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **com entrega única**.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à [Lei nº 12.690, de 2012](#); documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.12. **Agricultor familiar:** Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF válido, Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – DAP ativa, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.





**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

8.13. **Produtor Rural pessoa física:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022 (arts. 15 a 17 e 146);

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23 Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.24 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.





**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

## **Qualificação Econômico-Financeira**

8.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021/c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.26. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

## **Outras comprovações**

8.27. Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.27.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.27.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.27.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor estimado total da contratação é **R\$ 28.314,26 (Vinte e oito mil, trezentos e catorze reais e vinte e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 00001/380216;
- II) Fonte de Recursos: 150.010.001;
- III) Programa de Trabalho: 14.421.3815.6139.0000;
- IV) Elemento de Despesa: 339030;



**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

V) Plano Interno: 380216;

Bauru, na data da assinatura digital.

**DANIELI CORTEZ**

Agente de contratação

Despacho: Aprovo o Termo de Referência.

**PERICLES FIORI DE SOUZA**

Autoridade competente



## 1. Descrição da necessidade

A aquisição desses itens é fundamental para atender as demandas com conservação, manutenção e mudanças estruturais que vêm ocorrendo neste Estabelecimento Penal, visando melhorias e maior segurança para PPL (pessoas privadas de liberdade), bem como, para os servidores.

## 2. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CENTRO DE SEGURANÇA E DISCIPLINA	Gledson Gonçalves da Silva

## 3. Descrição dos Requisitos da Contratação

O prazo de entrega é de 08 (oito) dias úteis, contados da emissão da nota de empenho, no seguinte endereço: Rod. Comandante João Ribeiro de Barros Km 349, Distrito Industria III, Bauru/SP, respeitado o horário de funcionamento, ou seja, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas.

Os bens serão recebidos provisoriamente, pelo responsável pelo almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sempre prejudicando a aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelos solicitantes, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

## 4. Levantamento de Mercado

Foi realizada pesquisa de preços através do portal [compras.gov.br](http://compras.gov.br) e a metodologia utilizada foi a mediana dos preços.

## 5. Descrição da solução como um todo

A descrição para a solução envolve a aquisição de materiais que atendam as atuais demandas com conservação, manutenção e reestruturação predial, buscando melhorias na aparência, maior limpeza e mais segurança para este Estabelecimento Penal.

Considerando a necessidade e o valor previsto para a despesa no ano de 2026, verificamos que a melhor modalidade de licitação disponível será o pregão eletrônico, participação restrita,



menor preço, disputa aberta.

## 6. Estimativas Quantidades a serem Contratadas


Quantidades estipuladas considerando os relatórios sintéticos de estoque do almoxarifado e o consumo médio mensal dos últimos 3 meses:

Item	Descrição do Item resumido	Estoque almoxarifado em junho/2026	Consumo Médio Mensal
01	Registro de Pressao; de Cobre; Tipo Regulador de Vazão,	0	Conforme necessidade
02	Regua para Construção Civil; Em Alumínio;	0	Conforme necessidade
03	Chave para Manutenção; Dobradora de Ferro;	0	Conforme necessidade
04	Disco de Corte; Disco de Serra Marmore de <b>Graos de Carboneto de Tungstenio</b> ,	0	Conforme necessidade
05	Arame; Recozido, <b>Torcido</b> ; Numero 18;	0	Conforme necessidade
06	Arame; de Aço, Com Baixo Teor de Carbono; Com Diametro de 1,5mm;	0	Conforme necessidade
07	Tubo; de Pvc; Diametro Nominal de 3/4";	0	Conforme necessidade
08	Cotovelo para Tubulação; Confeccionado Em Pvc Rígido;	0	Conforme necessidade
09	Cotovelo para Tubulação; Em Pvc Rígido; Na Cor Azul; Diametro de 3/4";	0	Conforme necessidade
10	Engate Flexível; de Em Pvc Flexível;	20	3
11	Adaptador de Pvc Rígido Soldável;	36	1
12	Luva; Simples; Pvc Rígido;	6	1
13	Adesivo para Tubo de Pvc;	0	Conforme necessidade
14	Torneira; de Liga Metálica (latao e Cobre);	0	1
15	Tubo; de Pvc Rígido para Esgoto Predial;	0	Conforme necessidade
16	Cotovelo para Tubulação; de Pvc; Na Cor Branca;	0	Conforme necessidade
17	Luva; Com Bucha Rosqueável de Latao;	0	Conforme necessidade
18	Cotovelo para Tubulação; Em Pvc Rígido; Na Cor Azul;	50	1
19	Abracadreira de Fixação; de Tipo D;	0	100
20	Bucha C/ Parafuso; Aço Galvanizado, Cabeça Philips;	0	Conforme necessidade
21	Peca de Reposição para Martelo Demolidor;	0	Conforme necessidade
22	Conexão Te; Simples; Em Pvc Rígido;	0	Conforme necessidade
23	Luva; Com Bucha Rosqueável de Latao;	0	Conforme necessidade
24	Tubo; de Pvc Rígido para Esgoto Predial;	0	Conforme necessidade
25	Cotovelo para Tubulação; Confeccionado Em Pvc Rígido;	0	Conforme necessidade
26	Luva; Simples; Em Pvc Rígido;	0	Conforme necessidade
27	Porta de Madeira; de Abrir, 1 Folha, Com Abertura para o Lado Direito;	0	Conforme necessidade
28	Torneira; de Metal; para Deficiente Físico;	0	Conforme necessidade
29	Barra de Apoio para Sanitário; Reta; 400 Mm de Comprimento e Diametro de 32mm;	0	Conforme necessidade
30	Barra de Apoio para Sanitário; Reta; 800 Mm de Comprimento e Diametro de 32mm;	0	Conforme necessidade
31	Plug; Tipo Macho, 3 Pinos; 2 Polos + Terra;	0	Conforme necessidade
32	Plug; Macho, Contatos Tipo Pinos Cilíndricos Com Prensacabo;	0	Conforme necessidade
33	Multímetro; Em Plástico Resistente; Categoria Iv-600v;	0	Conforme necessidade
34	Tijolo Maciço Cerâmico para Alvenaria;	0	Conforme necessidade
35	Lavatório; de Louça; Na Cor Branca;	0	Conforme necessidade
36	Abracadreira; Tipo Tipo D, Com Cunha de Aperto	0	Conforme necessidade
37	Espelho para Tomadas e Interruptores; de Plástico;	26	1
38	Disco de Corte; de Carbetto de Silício; Diametro 9"	9	4



39	Thinner; Tipo Diluente;	0	Conforme necessidade
40	Aguarras; a Base de Solventes Alifáticos e Aromáticos;	3	1
41	Fita Adesiva de Papelaria; Papel Rugoso, Crepe;	1	4
42	Rolo para Pintura; de La Sintética, Anti-respingo;	24	1
43	Rolo para Pintura; de La de Carneiro;	0	Conforme necessidade
44	Rolo para Pintura; de La Sintética, para Uso Com Tinta Epoxi;	0	1
45	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 1 Pol;	8	1
46	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 2 Pol;	0	Conforme necessidade
47	Espatula para Pintura; de Aço Cromado;	0	Conforme necessidade
48	Rolo para Pintura; de Espuma; Med. 5 Cm;	0	Conforme necessidade
49	Peneira de Pedreiro; de Arame Trancado, Com Abertura de 3 Mm;	0	Conforme necessidade
50	Peneira de Pedreiro; de Arame Trancado, Com Abertura de 6 Mm;	0	Conforme necessidade
51	Máscara de Proteção para Solda;	0	Conforme necessidade
52	Máquina de Solda;	0	Conforme necessidade
53	Luva de Segurança; Em Couro Vaqueta;	0	Conforme necessidade
54	Cabo para Ferramenta; Cabo P/enxada; Em Madeira;	0	Conforme necessidade
55	Barra de Apoio para Lavatório; para Pessoas Com Mobilidade Reduzida, <b>tipo "u" articulada</b>	0	Conforme necessidade
56	Disjuntor <b>Unipolar</b> , Curva de Disparo Tipo C;	10	5


Quantidades a serem adquiridas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Registro de Pressão; de Cobre; Tipo Regulador de Vazão, Modelo Rosqueável; <b>Com Diâmetro Nominal Interno de 3/4"</b> (aprox. 20 Mm) e Diâmetro Externo de 1" (aprox. 25 Mm); para Interromper Ou Regular a Vazão Da Água; Acionamento Rotativo; Conexão Através de Roscas; Acabamento Bruto; Fabricação Conforme Norma Abnt Nbr 15704-1, Rosca Conforme Abnt Nbr 8133; <b>De acordo com imagem abaixo:</b> 	SIAFISICO 4523890 COMPRAS 617598	UNIDADE	160	38,460	6153,60
02	Regua para Construção Civil; Em Alumínio; Medindo 3,00 m Comp. x 2" Larg. x 1" Esp.;	SIAFISICO 921424 COMPRAS 373514	UNIDADE	2	55,250	110,50
03	Chave para Manutenção; Dobradora de Ferro; Em Aço; Com Pintura; Diâmetro 3/8, Comprimento 30 Cm;	SIAFISICO 5508657 COMPRAS 636541	UNIDADE	2	28,145	56,29



04	Disco de Corte; Disco de Serra Marmore de <b>Graos de Carboneto de Tungstenio</b> , Resina de Graos Abrasivos; Diâmetro: <b>110 Mm</b> ; <b>Furo Central: 20 Mm</b> ; Espessura: 2,5 Mm; Rpm: 13800 Por Minuto; para Corte de Madeira, Aglomerados, Materiais de Fibras Com Mdf; Conforme Nbr/abnt Vigentes;	SIAFISICO 5001994  COMPRAS 633760	UNIDADE	10	27,200	272,00
05	Arame; Recozido, <b>Torcido</b> ; Numero 18, Resistencia a Tracao 40 Kg/mm <sup>2</sup> ; Com Diâmetro de 1,25 Mm; Conforme Nbr 5589, Com Identificacao do Produto e Fornecedor, Fornecido Em Rolo;	SIAFISICO 5819873  COMPRAS 233211	KG	20	13,515	270,30
06	Arame; de Aço, Com Baixo Teor de Carbono; Com Diâmetro de 1,5mm, Torcido No Passo de 22,0mm, Formado Por 03fios de 0,7mm de Diâmetro; Espacamento Entre Farpas de Acabamento Superficial Galvanizado; Fornecido Em Rolo; <b>Tipo recozido 24 BMW Torcido</b> ;	SIAFISICO 6073450  COMPRAS 475973	KG	10	22,280	222,80
07	Tubo; de Pvc; Diâmetro Nominal de 3/4", Espessura Da Parede de 2,6mm; Na Cor Marrom;	SIAFISICO 5803098  COMPRAS 616666	BARRA 03 METROS	40	18,210	728,40
08	Cotovelo para Tubulacao; Confeccionado Em Pvc Rigido; Na Cor Marrom; Diâmetro Nominal de 25mm, Angulacao de 90 Graus; Conexao Soldavel; Conforme Norma Nbr 5648;	SIAFISICO 5072948  COMPRAS 346656	UNIDADE	200	0,975	195,00
09	Cotovelo para Tubulacao; Em Pvc Rigido; Na Cor Azul; Diâmetro de 3/4" x 25mm; Com Encaixe Tipo Cola e Rosca de Latao; Com Angulacao de 90 Graus; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	SIAFISICO 5320690  COMPRAS 324185	UNIDADE	100	4,965	496,50
10	Engate Flexivel; de Em Pvc Flexivel; Com Porcas e Niple Produzidos Em Pvc Rigido; Medindo 60 Cm de Comprimento e Diâmetro de 1/2"; Com Pressão Maxima de Trabalho de 40 Mca Em 20°C; Resistente a Corrosão; Composto Por Porca, Tubo, Anel de Vedação e Niple; Na Cor Branca; para Ser Utilizado Em Instalações Hidraulicas; Conforme Nbr 14878;	SIAFISICO 4395476  COMPRAS 378885	UNIDADE	200	13,870	2774,00
11	Adaptador de Pvc Rigido Soldavel; Fabricacao Conforme Nbr 5648/77; Com Diâmetro Nominal de 3/4 Polegada (curto); Na Cor Marrom; para Ser Utilizada Em Instalacao Predial de Agua Fria;	SIAFISICO 3986764  COMPRAS 380962	UNIDADE	300	2,100	630,00



12	Luva; Simples; Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 25 Mm; Soldável; Na Cor Marrom;	SIAFISICO 5225329  COMPRAS 358240	UNIDADE	100	1,560	156,00
13	Adesivo para Tubo de Pvc; a Base de Resina de Pvc, Acetona, Metil-etil-cetona, Ciclohexanona e Solventes Orgânicos; Tipo Extra Forte, Com Aditivo Retardador, para Diâmetros Acima de 60 Mm; Utilizado Na Soldagem de Tubos e Conexões de Pvc Nbr 5648 (água Fria); Acondicionado Em Frasco de 850 G;	SIAFISICO 24922997  COMPRAS 265288	850 g	5	26,580	132,90
14	Torneira; de Liga Metálica (latão e Cobre); Com Acabamento Cromado; Volante No Modelo Com Haste de Metal C/ 1/2 Volta Comprimento 10cm; Bica do Tipo Fixa; Fixação Na Parede; Com Encaixe 3/4 Polegada; <b>Bitola Da Saída 3/4 Polegada;</b> Utilizada Em Jardim; Com Garantia de 01 Ano; <b>De acordo com imagem abaixo:</b> 	SIAFISICO 1737317  COMPRAS 374390	UNIDADE	20	42,000	840,00
15	Tubo; de Pvc Rígido para Esgoto Predial; Diâmetro Nominal de 40mm; Com Junta Elástica e Soldável; Na Cor Branca; Fabricação Conforme Nbr 5688;	SIAFISICO 5840350  COMPRAS 366642	BARRA 03 METROS	14	30,750	430,50
16	Cotovelo para Tubulação; de Pvc; Na Cor Branca; Diâmetro Nominal de 1 1/2" (40mm); Conexão Soldável; Conforme Normas Abnt/nbr Vigentes;	SIAFISICO 5355150  COMPRAS 366670	UNIDADE	10	1,780	17,80
17	Luva; Com Bucha Rosqueável de Latão; Em Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 25 Mm x 1/2 Polegada; Diâmetro Da Redução de 1/2 Polegada; Extremidades <b>Soldável e Rosca Bsp; Na Cor Azul;</b> Conforme Normas Nbr 5648, Pressão de Serviço 7,5 Kgf/cm <sup>2</sup> ( 75 M.c.a.);	SIAFISICO 5243440  COMPRAS 336923	UNIDADE	270	7,750	2092,50
18	Cotovelo para Tubulação; Em Pvc Rígido; Na Cor Azul; Diâmetro Nominal de 25mm, Diâmetro Nominal Da Redução de 1/2"; Com Rosca de Latão; Conforme Normas Abnt/nbr Vigentes;	SIAFISICO 5106575  COMPRAS 324185	UNIDADE	200	5,070	1014,00
19	Abracadadeira de Fixação; de Tipo D, Em Aço Sae 1020, Acabamento Superficial Zincado,	SIAFISICO 5486386	UNIDADE	500	0,900	450,00





	Com Cunha de Aperto; para Utilizar Em Fixacao de Tubo; Na Cor Natural do Aco; Com Diametro de 3/4", Espessura de 1,20mm, Largura de 30,0mm, Dureza de 80 a 100 Hb;	COMPRAS 393905				
20	Bucha C/ Parafuso; Aco Galvanizado, Cabeça Philips; Com Diametro de 6mm; Medindo 75mm de Comprimento; Com Bucha de Poliamida;	SIAFISICO 4687345 COMPRAS 624382	UNIDADE	500	0,580	290,00
21	Peca de Reposicao para Martelo Demolidor; Broca Sds Plus, Ponta Cruz (widea Cruzada) 6 Mm X210mm, Em Aco Especial; para Bosch Gbh Professional 2-28d;	SIAFISICO 6126731 COMPRAS 473242	UNIDADE	15	6,380	95,70
22	Conexao Te; Simples; Em Pvc Rigido; Diametro Nominal de 3/4 Polegada; Diametro Externo 25mm; Conexao Bolsa Soldavel; Na Cor Marrom; Conforme Norma Nbr 5648 - Pn 6,3 - 750kpa, para Conducao de Agua Fria Em Sistemas Prediais;	SIAFISICO 5069866 COMPRAS 632976	UNIDADE	100	2,000	200,00
23	Luva; Com Bucha Rosqueavel de Latao; Em Pvc Rigido; Diametro Nominal de 25 Mm; Diametro Da Reducao de <u>3/4 Polegada</u> ; Extremidades Soldavel e Rosca Bsp; Na <u>Cor Azul</u> ; Conforme Nbr 5648; Pressao de Servico 7,5 Kgf/cm2(75 M.c.a.); <u>Tipo cola e rosca</u>	SIAFISICO 5243386 COMPRAS 358239	UNIDADE	50	4,600	230,00
24	Tubo; de Pvc Rigido para Esgoto Predial; Diametro Nominal de 100mm; Com Junta Elastica e Soldavel; Na Cor Branca; Fabricacao Conforme Nbr 5688;	SIAFISICO 5688027 COMPRAS 249993	BARRA 06 METROS	10	60,775	607,75
25	Cotovelo para Tubulacao; Confeccionado Em Pvc Rigido; Na Cor Branca; Diametro Nominal de 100mm; Conexao Soldavel; Conforme Normas Abnt/nbr Vigentes;	SIAFISICO 5076625 COMPRAS 251565	UNIDADE	10	5,965	59,65
26	Luva; Simples; Em Pvc Rigido; Diametro Nominal de 100mm (4"); Conexao Soldavel; <u>Na Cor Branca</u> ; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	SIAFISICO 5159105 COMPRAS 270390	UNIDADE	10	6,590	65,90
27	Porta de Madeira; de Abrir, 1 Folha, Com Abertura para o Lado Direito; Folha Em Chapa de Fibra de Madeira de Alta Densidade, Semi-oca, Com Interior Sarrafeado; Medindo <u>210 Cm de Altura x 92 Cm de Largura</u> ; Com Espessura de 35 Mm; Lixada e Preparada para Pintura; Com abraçadeiras e Fechadura Interna/Externa, Macaneta Tipo Alavanca 119x26 x 39mm, Com Roseta, Maq. 55 Mm, Cromada; <u>Batente de</u>	SIAFISICO 6004911 COMPRAS 624998	UNIDADE	2	684,650	1369,30



	<b>Madeira Macica mínimo de 18cm</b> , Quinas Arredondadas, Esp. 3,5 Cm, Com Guarnicoes de 5 Cm; Conforme Legislação Atual Vigente;					
28	Torneira; de Metal; para Deficiente Físico; Com Acabamento Cromado Ou Aço Inox; Acionada Por Cotovelo (pressionamento Da Alavanca e Fechamento Automático); Volante No Modelo Alavanca Tipo T; Bica do Tipo Baixa; <b>Fixação no lavatório</b> ; Com Encaixe Rosca; Bitola Da Saída 1/2 Polegada; Utilizada Em Banheiro de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (pne); Com Garantia de No Mínimo 12 Meses; Em Acordo Com a Norma Nbr 9050;	SIAFISICO 5205557  COMPRAS 254393	UNIDADE	1	139,980	139,98
29	Barra de Apoio para Sanitário; Reta; de Tubo de Aço Inoxidável 304, Resistente a Ação Devapor Da Água Quente; Capacidade Mínima de 200 Kg; 400 Mm de Comprimento e Diâmetro de 32mm. Com Parede de 1,5mm; Com Acabamento Polido; Com Fixação Na Parede Por Parafusos de Aço Inox e Buchas Canoplas e Acabamentos Fornecidos Com a Barra; Deverá Estar Em Conformidade Com a Nbr 9050;	SIAFISICO 5692342  COMPRAS 617817	UNIDADE	1	87,550	87,55
30	Barra de Apoio para Sanitário; Reta; de Aço Inoxidável 304, Resistente a Ação de Vapores de Água Quente; Capacidade Mínima de 200 Kg; 800 Mm de Comprimento e Diâmetro de 32mm, Parede Com Espessura 1,5 Mm; Com Acabamento Polido; Com Fixação Na Parede Por Parafusos de Aço Inox e Buchas, canoplas e Acabamento Fornecidos a Barra; Deverá Estar Em Conformidade Com a Nbr 9050;	SIAFISICO 5689937  COMPRAS 617717	UNIDADE	1	115,245	115,25
31	Plug; Tipo Macho, 3 Pinos; 2 Polos + Terra; Bivolt; 10a; Preto; Com Liga de Cobre;	SIAFISICO 6200613  COMPRAS 423976	UNIDADE	70	4,150	290,50
32	Plug; Macho, Contatos Tipo Pinos Cilíndricos Com Prensacabo; 2p + T; Tensão Nominal 250 Vca; Corrente Nominal 20 A; Corpo Em Nylon, Cor Preta, Revestido de Borracha; Em Liga de Cobre; Conforme Norma Abnt Nbr 14136;	SIAFISICO 6191789  COMPRAS 403541	UNIDADE	30	5,010	150,30



33	Multímetro; Em Plástico Resistente; Categoria Iv-600v; Digital; Portátil; Visor Lcd; Com Faixas de Medição Automática; Tensão True Rms Ac de Até 1000v e Tensão Dc de Até 1000v, Com Frequência de Até 1mhz; Faixas de Corrente Até 10a e Até 400 Ma; Medição de Resistência de Até 40m Ohms; Testes de Diodo e Continuidade Audível, Segurança/ conformidade Norma Iec 1010; 1 NanoFA 500 Microf (desvio: 10%); Acompanha: Jogo de Pontas de Prova e Manual de Operações Em Português; Estojo para Transporte e Armazenamento; Garantia Mínima de 12 Meses; Acondicionado Em Material Adequado Que Garanta a Integridade do Produto; <b>Bateria 9v;</b>	SIAFISICO 5666473  COMPRAS 460122	UNIDADE	2	109,8	219,60
34	Tijolo Maciço Cerâmico para Alvenaria; Medindo Aproximadamente (5x10x20)cm = (axlxc); Tipo Comum, Fabricado Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	SIAFISICO 4757289  COMPRAS 447914	UNIDADE	500	1,130	565,00
35	Lavatório; de Louça; Na Cor Branca; Tipo Coluna Suspensa, para Banheiro de Deficiente (pne); No Formato Oval; Com Dimensões de (470x550)mm (pxa); Com Furo Central; para Instalação de 1 Torneira; Com Parafuso e Buchas para Fixação Na Parede; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	SIAFISICO 5404444  COMPRAS 633668	UNIDADE	1	230,000	230,00
36	Abracadureira; Tipo Tipo D, Com Cunha de Aperto; Com Dimensões de 1" de Diâmetro, 30mm de Largura e 1,20mm de Espessura; Fabricada Em Aço Sae 1020 Zincado; Na Cor Natural do Aço;	SIAFISICO 5294380  COMPRAS 601322	UNIDADE	100	1,4516	145,16
37	Espelho para Tomadas e Interruptores; de Plástico; para Caixa de Parede, <b>Placa Cega para teto</b> ; No Formato Redondo; Nas Dimensões (4 x 4) Polegadas; Na Cor Branca; <b>diâmetro 14cm, deve acompanhar parafusos.</b>	SIAFISICO 4359810  COMPRAS 262435	UNIDADE	80	4,340	347,20
38	Disco de Corte; de Carbetto de Silício; Diâmetro 9" (230 Mm); Furo Central 7/8" (22 Mm); Espessura 5/64 (1,9 Mm); Rpm 6600; Com 2 Telas de Fibras de Vidro; Utilizada para Corte de Metais Ferrosos e Aço Inox; Conforme Abnt-nbr 15230 e En 12413;	SIAFISICO 4448944  COMPRAS 632296	UNIDADE	100	11,155	1115,50




39	Thinner; Tipo Diluente; Composto de a Base de Nitrocelulose; Apresentacao Na Forma de Liquido Incolor; Inflamavel; para Diluicao; Acondicionado Em Embalagem Que Assegure a Integridade do Produto; Conforme Normas Nbr/abnt 11702 Tipo 4.7.7 e Nbr 14725;	SIAFISICO 6444032  COMPRAS 616042	GALÃO 05 LITROS	5	73,000	365,00
40	Aguarras; a Base de Solventes Alifaticos e Aromaticos, Isento de Benzeno, Alcool e Querosene; para Diluicao de Esmaltes Sinteticos, Tintas Oleo, Vernizes; Na Forma de Liquido Incolor, Inflamavel, Densidade de 0,75-0,80 G/cm³ e Voc de 773-777 G/l; Acondicionado Em Embalagem Que Assegure a Qualidade do Produto; Validade de 48 Meses Apos Data de Recebimento; Conforme Nbr/abnt 11702 Tipo 4.7.7, Voc Din En 11890-1;	SIAFISICO 5222788  COMPRAS 429924	LATA 05 LITROS	5	65,000	325,00
41	Fita Adesiva de Papelaria; Papel Rugoso, Crepe; Medindo (48 Mm x 50 M); Na Cor Branca; Resistente;	SIAFISICO 4421140  COMPRAS 626828	UNIDADE	40	9,230	369,20
42	Rolo para Pintura; de La Sintetica, Anti-respingo; Med. 230 Mm de Comprimento; Com Altura de 9 Mm para a La; Sem Cabo Nem Suporte;	SIAFISICO 6067280  COMPRAS 453726	UNIDADE	30	10,265	307,95
43	Rolo para Pintura; de La de Carneiro; Med. 23cm de Largura; Com Altura de 22mm; Sem Cabo Nem Suporte;	SIAFISICO 6026508  COMPRAS 454021	UNIDADE	20	13,500	270,00
44	Rolo para Pintura; de La Sintetica, para Uso Com Tinta Epoxi, Resina e Esmalte; Med. 15cm de Comprimento, Antirrespingo; Com Altura de 5mm; Com Cabo; Suporte de Aco Galvanizado; Cabo Revest. de Plastico;	SIAFISICO 6247180  COMPRAS 250982	UNIDADE	20	4,570	91,40
45	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 1 Pol; Cerda Na Cor Branca; Cabo de Plastico Amarelo; para Aplicar Verniz e Stain;	SIAFISICO 6391214  COMPRAS 468753	UNIDADE	20	5,400	108,00
46	Trincha; Tipo Dupla; Com Largura de 2 Pol; Cerda Na Cor Branca; Cabo de Plastico Amarelo; para Aplicar Verniz e Stain;	SIAFISICO 6391265  COMPRAS 464846	UNIDADE	20	7,850	157,00
47	Espatula para Pintura; de Aco Cromado; Com Acabamento Polido; Com Cabo de Madeira; No Tamanho de 10,2cm;	SIAFISICO 4974263  COMPRAS 629036	UNIDADE	10	11,900	119,00



48	Rolo para Pintura; de Espuma; Med. 5 Cm; Com Altura de 15 Mm; Suporte S/gaiola, Sem Rosca; Suporte de Aço Galvanizado; Cabo Revest. de Pvc;	SIAFISICO 1937103 COMPRAS 242432	UNIDADE	20	2,850	57,00
49	Peneira de Pedreiro; de Arame Trancado, Com Acabamento Galvanizado; Com Malha Fina; Com Abertura de 3, Mm; para Peneirar Areia Fina; Com Borda de Madeira; Com Altura Da Borda de 5cm; Com Diâmetro de 70cm;	SIAFISICO 6483003 COMPRAS 224605	UNIDADE	2	56,495	112,99
50	Peneira de Pedreiro; de Arame Trancado, Com Acabamento Galvanizado; Com Malha Grossa; Com Abertura de 6 Mm; para Peneirar Areia Grossa; Com Borda de Madeira; Com Altura Da Borda de 5,0cm; Com Diâmetro de 70 Cm;	SIAFISICO 6482996 COMPRAS 224607	UNIDADE	2	41,980	83,96
51	Mascara de Protecao para Solda; Com Regulagem de Delay e Nivel de Escurecimento; Casco Em Nylon, Cor Preta; <b>Automatica</b> ; Filtro de Tamanho Minimo 90 x 35 Mm; Filtro de Protecao Din 9-13; Com Classe Optica 1/2/1/2; Regulagem de Sensibilidade; Protecao Ultravioleta Uv15; Sensibilidade e Clareamento Ajustaveis Dentro Da Mascara; Peso Maximo de 480 Gramas; Garantia Minima de 12 Meses;	SIAFISICO 5186285 COMPRAS 634036	UNIDADE	2	111,300	222,60
52	Maquina de Solda; Construção Em Compostos Especiais para Resistencia a Queda e Fogo; Tipo Inversora de Solda; <b>Faixa de Corrente 10 ~ 200 A</b> ; Tensão de Alimentação 220 V, Frequencia 50/60 Hz; Acompanham Porta Eletrodos, Garra Obra C/ Cabos de 3m de Comprimento; Gerador Recomendado 10 Kva; Suporta Todos Os Tipos de Eletrodos Até 4,00 Mm (incluindo Celulosicos); Dimensoes Aproximadas: 155 x 440 x 325 Mm (l x c x A); Peso Aproximado 9 Kg; Garantia Minima de 6 Meses, Conforme Norma Globaliec 60974-1, Protecao Ip21s;	SIAFISICO 5882206 COMPRAS 474179	UNIDADE	2	698,000	1396,00
53	Luva de Seguranca; Em Couro Vaqueta; No Tamanho Grande; Na Cor Natural; para Protecao de Usuario de Agentes Abrasivos e Escoriantes; Cano Curto; Com Punho do Mesmo Material Da Luva; Dorso Normal; Palma Com Reforço; Sem Forro; Tira de Reforço Entre o Polegar e o Indicador; Acabamento Elastico No Dorso; e Suas Condições Deverao Atender a	SIAFISICO 5247667 COMPRAS 632936	PAR	20	22,000	440,00



	Norma Nbr 13712/96; Deverá Ter Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego;					
54	Cabo para Ferramenta; Cabo P/enxada; Em Madeira; Medindo 1,70 M(comprimento);	SIAFISICO 4652967  COMPRAS 615621	UNIDADE	10	23,150	231,50
55	Barra de Apoio para Lavatório; para Pessoas Com Mobilidade Reduzida, <b>tipo "u" articulada (Imagem abaixo)</b> ; de Aço Inox, acabamento Com Pintura Epoxi; Capacidade Minima de Com Resistencia Minima Ao Esforço, Em Qualquer Sentido, de 1,5 Kn; Medindo: 57 x 47 Cm (largura x Profundidade), diametro 1.1/4"; Conforme Norma Nbr 9050; Flanges Em Chapa de Alumínio Nas Extremidades Parafixação, Acabamento Em Pintura Epoxi; 	SIAFISICO 4676297  COMPRAS 463658	UNIDADE	1	113,330	113,3.418-083
56	Disjuntor <b>Unipolar</b> , Curva de Disparo Tipo C, Padrão Iec/din; Tensão Maxima de Operação de 127 / 220v; Corrente Nominal de <b>20a</b> ; Conforme Certif. Compuls. Inmetro e Norma Aplicável;	SIAFISICO 5403642  COMPRAS 344845	UNIDADE	20	8,845	176,90
<b>TOTAL</b>						<b>28.314,26</b>

## 7. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$): 28.314,26 (Vinte e oito mil, trezentos e catorze reais e vinte e seis centavos).**

Apuradas as quantidades, realizamos a pesquisa de preços através do [compras.gov.br](http://compras.gov.br).

## 8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não haverá parcelamento ou não da solução.

## 9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

## 10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento



O Planejamento foi realizado de acordo com a demanda deste Estabelecimento Penal, objetivando a realização de manutenções, algumas reestruturações e conservação predial.

As quantidades foram estipuladas pela equipe empenhada na manutenção local, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários.

### **11. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

Conservação, manutenção e reestruturação predial, tornando o local mais limpo, organizado, moderno e seguro.

### **12. Providências a serem Adotadas**

Urgência na aquisição.

### **13. Possíveis Impactos Ambientais**

Com relação aos itens elencados nesta contratação, não há legislação específica com critérios de sustentabilidade. Não geram impactos ambientais, não sendo cabíveis medidas mitigadoras e nem a necessidade de licenciamento ambiental.

### **Exemplos de Critérios de Sustentabilidade em Cada Fase do Ciclo de Vida dos produtos:**

#### **Produção**

Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada.

Modo de produção - sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia.

#### **Distribuição**

Embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.

#### **Uso**

Produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental, produtos que geram menos resíduos ou que produzam resíduos recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, produtos passíveis de manutenção/conserto, remanufatura, troca ou reaproveitamento de peças de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.

#### **Destinação Final**

Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso ou para remanufatura.

Considerando todas as fases do ciclo de vida do produto citadas acima, observamos alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:





**SÃO PAULO**  
GOVERNO DO ESTADO  
SÃO PAULO SÃO TODOS

- I. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- IV. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

#### **14. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### **15.1. Justificativa da Viabilidade**

Sugiro que seja declarada a viabilidade da contratação mediante a necessidade URGENTE e a disponibilidade financeira e orçamentária.

**DANIELI CORTEZ**  
Agente de contratação

Despacho: Declaro viável a contratação e autorizo na forma proposta.

**PÉRICLES FIORI DE SOUZA**  
Autoridade competente